



PREVIDÊNCIA SOCIAL

ATA

**123ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO
CONSELHO NACIONAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL**

CNPS

26 de julho de 2006
Brasília - DF

56 II – ABERTURA

57 Presidindo a Mesa, o Exmº Sr. Ministro de Estado da Previdência Social, Nelson
58 Machado, abriu a reunião e, depois de cumprimentar os Srs. Conselheiros, comunicou
59 que o Sr. Helmut Schwarzer se encontrava na Austrália, representando o Brasil.
60 Informou que aproveitaria o primeiro momento da reunião para discorrer sobre o
61 assunto discutido na 121ª Reunião Ordinária do CNPS, relativo às taxas de juros
62 cobradas nos empréstimos consignados, quando foi definido o teto de 2,9% e
63 resolvido que o comportamento do mercado seria observado durante dois meses para
64 se propor uma revisão depois de uma nova discussão. De posse de um conjunto de
65 informações colhidas pela área técnica do Ministério, o Sr. Presidente apresentou ao
66 Conselho um acompanhamento do que havia ocorrido no mercado de crédito
67 consignado desde o início do mês de junho, composto de uma série de gráficos que
68 davam conta de que, nos meses de março a junho, as taxas de juros cobradas para
69 esta operação de crédito atingiram o percentual de 3,99%. Em maio, depois da
70 recomendação do Conselho de que se eliminasse a TAC – Taxa de Abertura de
71 Crédito, verificou-se que algumas taxas atingiram o patamar de 4,5% e em junho
72 passou a valer o teto de 2,9% fixado pelo CNPS. Notou-se, ainda em gráficos
73 apresentados pelo Sr. Presidente, que, no mesmo período de março a junho, não
74 houve muita diferença entre as menores taxas praticadas, que oscilavam, para o
75 período de empréstimo consignado de um a doze meses, de 1,4% a 1,5%, e, acima
76 de doze meses, chegavam a 2,4%. Após a fixação do teto de 2,9%, as maiores taxas
77 aplicadas obedeceram ao limite do teto e as menores taxas não se alteraram muito,
78 mas a média dos juros cobrados caiu significativamente. Lembrou o Sr. Presidente
79 que aquela era a chamada “média burra”, porque não era ponderada conforme o
80 volume das carteiras de empréstimos. Mencionou que, durante as discussões do
81 Conselho no mês de maio, se alegou que a fixação de um teto para a taxa de juros
82 poderia significar uma redução no volume de empréstimos ofertados, mas isso não
83 ocorreu. Analisando o médio prazo, verificou-se que havia uma tendência de contínuo
84 aumento do volume de operações realizadas. Em outro gráfico, mostrou que, de
85 janeiro a junho, não houve mudança na quantidade de operações de curto prazo.
86 Apesar do alerta de que tais operações desapareceriam, houve um aumento de seu
87 valor de R\$160 mil para R\$185 mil. Não houve mudança na quantidade de operações
88 de treze a 24 parcelas, mas observou-se a continuação da tendência que já vinha
89 ocorrendo, no sentido do aumento da quantidade de operações de empréstimos
90 consignados em mais de 24 parcelas. Com base na experiência dos últimos dois
91 meses, concluiu-se que a introdução do teto não reduziu a quantidade de operações,
92 que se manteve a mesma e, em alguns casos, até aumentou; não se eliminaram as
93 operações de curto prazo, que continuaram ocorrendo no mesmo patamar anterior; e
94 aumentaram as operações de prazo mais longo. O Conselheiro Ricardo Patah
95 observou o acerto das medidas adotadas pelo Conselho, ponderando que os bancos,
96 a seu bel-prazer, jamais diminuiriam as taxas de juros cobradas, que, para o Brasil,
97 tomando como base a Selic, eram razoáveis, mas, em qualquer parte do mundo,
98 seriam consideradas absurdas. Concordou com a continuação da política adotada
99 pelo Conselho e sugeriu que, depois do debate, se providenciasse um pequeno ajuste
100 para diminuir um pouco o teto fixado. O Conselheiro Jorge Higashino considerou que
101 as taxas praticadas nos últimos dois meses não poderiam ser avaliadas corretamente
102 sem a apreciação do volume e da realização das operações e pediu autorização ao
103 Sr. Presidente para que o Sr. Renato Oliva, representante da ABBC, apresentasse ao
104 Conselho o que vinha ocorrendo no mercado. O Sr. Renato Oliva comentou a
105 apresentação feita pelo Sr. Presidente, que considerou muito esclarecedora, porém a
106 interpretação dos bancos seria um pouco diferente, uma vez que a redução nos
107 prazos mais curtos funcionaria na prática como um estímulo para o alongamento do
108 prazo das operações, e as políticas comerciais detectaram que, no prazo mais curto,
109 tais operações teriam *spread* negativo. Explicou que o aumento nas taxas de juros

110 teria ocorrido devido à ausência de cobrança da TAC, o que gerou uma certa
111 distorção nas operações, principalmente naquelas de prazos mais curtos e de valores
112 mais baixos. Justificou tal afirmativa com o argumento de que havia despesas fixas
113 que pesavam de forma diferente sobre empréstimos de valores diversos. Externou a
114 sua preocupação ao demonstrar que, antes da fixação do teto, os bancos
115 trabalhavam em média, em termos de valores mínimos para o empréstimo em
116 consignação, com o limite de R\$200,00, mas observavam-se duas tendências no
117 presente: ou o valor mínimo passaria para R\$500,00, tornando-se indiferente em
118 relação ao prazo, ou aquele valor seguiria uma variação de R\$300,00 a R\$600,00,
119 também em função do prazo, sendo que a quantia de R\$600,00 seria aplicada para
120 operações de prazo mais curto. Diante do questionamento do Sr. Presidente a
121 respeito da redução da quantidade de empréstimos no curto prazo, o Sr. Renato Oliva
122 explicou que a pequena redução verificada no mês anterior, de R\$85 mil para R\$70
123 mil, teria ocorrido em função da falta de agilidade das políticas comerciais dos
124 bancos. Acrescentou que o primeiro ímpeto do setor foi manter a sua performance e
125 que a fixação do teto teria gerado uma publicidade positiva, o que estimulou a
126 contratação de novos empréstimos, porém a tendência das operações de curto prazo
127 seria de restrição, em conformidade com a implantação das políticas comerciais.
128 Discorrendo sobre os custos suportados pelos bancos ao realizar operações de
129 empréstimo consignado, esclareceu que a operação de 36 meses seria a mais
130 lucrativa, com a aplicação da taxa máxima, e que, obedecido o teto de 2,9%,
131 totalizaria 40,92% ao ano, da qual seriam descontados os custos de captação, o que
132 transformaria 41% em 19,25%, os custos de comercialização, porque os aposentados
133 se encontrariam espalhados pelo país, portanto os bancos arcariam com gastos
134 considerados caros para acessá-los, o que diminuiria o *spread* de 19,25% para
135 10,76% ao ano, os custos de liberação, uma vez que dois terços ou algo entre 55% a
136 60% das operações se destinariam a aposentados que não possuíam conta-corrente,
137 gerando a diminuição do *spread* de 10,76% para 9%, e o custo de administração, que
138 corresponderia a algo entre R\$5,00 e R\$20,00, significando na operação cerca de 9%
139 a 8%. Além de suportar tais custos, os bancos ainda descontariam a inadimplência, a
140 qual se verificava basicamente com o óbito, gerando a queda do percentual de 8%
141 para 6,25%, que seria o *spread* operacional antes do desconto de impostos para as
142 operações de 36 meses. Em outros prazos, seriam estes os *spreads*: em 30 meses,
143 4,17%; em 24 meses, 2,86%; em 18 meses, 1,40%; em doze meses, 1% negativo; e
144 em seis meses, 23% negativos. Devido ao *spread* negativo, as políticas comerciais
145 dos bancos estavam aumentando os valores mínimos para a concessão de novos
146 empréstimos e poderia haver, doravante, uma restrição ainda maior, à medida que as
147 políticas comerciais fossem consolidadas. O Conselheiro Eptácio Luiz Epaminondas
148 perguntou se a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil seriam os maiores
149 bancos pagadores de benefícios do INSS e qual seria o percentual desses
150 pagamentos. O Conselheiro Jorge Higashino respondeu que o Bradesco era
151 considerado o segundo maior pagador e complementou informando que os maiores
152 bancos pagadores de benefícios são pela ordem Banco do Brasil, o Bradesco, a
153 Caixa Econômica Federal e o Banco Itaú, os quais possuíam maior capilaridade na
154 sua rede de agências. O Senhor Presidente lembrou que o empréstimo consignado
155 poderia ser feito por todos os bancos e que, se houvesse concorrência entre eles, as
156 taxas de juros diminuiriam. O Sr. Renato Oliva ponderou que o fato de a Caixa
157 Econômica Federal ser um dos maiores bancos pagadores de benefícios não
158 significava que ela teria a maior quantidade de contas-correntes de aposentados.
159 Além disso, os aposentados que não possuíam conta-corrente procuravam diversos
160 outros bancos para obter o empréstimo. O Sr. Paulo Conte, do Banco do Brasil,
161 explicou que não havia uma relação entre os maiores pagadores e as maiores
162 concessões de empréstimos, acrescentando que o Banco do Brasil respondia por
163 25% de todos os pagamentos da Previdência Social e a Caixa Econômica Federal,
164 15%, mas o Banco do Brasil não figurava entre os dois primeiros bancos que

165 concediam empréstimos consignados. O Sr. Presidente ratificou a informação de que,
166 na avaliação dos últimos dois meses, chegou-se à conclusão de que a fixação do teto
167 não mudara o mercado. Ademais, as questões apresentadas pelo Sr. Renato Oliva
168 estariam mais relacionadas à inexistência da Taxa de Abertura de Crédito nas
169 operações de um a doze meses do que ao teto. No período analisado, teria havido
170 praticamente uma única alteração no mercado de juros, que seria a queda da taxa
171 Selic, correspondente ao custo básico de captação dos bancos que praticam o crédito
172 consignado. Como a Selic diminuiu meio ponto percentual e tendo em vista que a
173 avaliação de mercado feita pelo Ministério da Previdência Social ainda era restrita,
174 apresentou proposta no sentido de promover uma redução no teto fixado para as
175 taxas de juros, dividindo-se o percentual de 0,5% por doze meses. Assim, o teto
176 passaria a ser de 2,86%, repassando-se a mudança na taxa básica de juros do país
177 para os segurados da Previdência Social. O Conselheiro Ricardo Patah concordou
178 com a proposta do Sr. Presidente e sugeriu que, além de promover a redução do teto
179 para as taxas de juros, essa decisão fosse revista a cada dois meses, mediante a
180 apresentação de informações atinentes àquele período, para permitir que o Conselho
181 se posicionasse. O Conselheiro Jorge Higashino ponderou que o sistema bancário
182 precisava de um tempo para assimilar o teto proposto e ajustar as planilhas e
183 distribuição de orientação para as suas agências e instrução ao seu pessoal para
184 aplicar aquela taxa, e que a liberação recente por parte da Dataprev da
185 operacionalização da modalidade de retenção permitiria a participação dos maiores
186 bancos pagadores de benefícios da Previdência Social, os quais atuariam fortemente
187 junto aos seus clientes. Solicitou o prazo de 30 dias antes que se aplicasse a nova
188 taxa de juros, pois ainda não teria havido tempo suficiente para que se
189 operacionalizasse todo o processo conforme a taxa de 2,9% e para que os grandes
190 bancos aderissem à prática do crédito consignado aos aposentados. O Conselheiro
191 Wagner de Souza externou a sua preocupação em relação aos contratos já firmados
192 com taxas de juros maiores e sugeriu que se criasse um “gatilho” a cada três revisões
193 dessas taxas ou que se estabelecesse uma norma no sentido de que os contratos já
194 firmados fossem revistos a título de bonificação. O Sr. Renato Oliva manifestou a
195 necessidade de preservação da segurança jurídica dos contratos e o Sr. Paulo Conte
196 lembrou que praticamente todos os bancos trabalhavam com a possibilidade de
197 repactuação depois de quatro ou cinco meses, acrescentando que, mediante a
198 solicitação de novos empréstimos, seriam aplicadas as novas regras. A Conselheira
199 Josepha Theotônia questionou a afirmação do Sr. Renato Oliva, no sentido de que os
200 aposentados seriam estimulados a contratar empréstimos com prazo maior, expondo
201 a sua dúvida em relação a isso, uma vez que o próprio aposentado solicitaria o seu
202 empréstimo com o prazo que julgasse mais conveniente. O Sr. Presidente sugeriu
203 que indagação da Conselheira fosse discutida no grupo de trabalho e apresentada na
204 próxima reunião do Conselho, devido à necessidade de se avaliarem duas propostas
205 objetivas, que seriam: a redução imediata do teto das taxas de juros de 2,9% para
206 2,86%, em função da queda do custo de captação de recursos por parte dos bancos;
207 e a concessão do prazo de 30 dias antes que se promovesse tal redução, feita pelo
208 Conselheiro Jorge Higashino. O Conselheiro Luiz Antonio Adriano questionou a conta
209 apresentada pelo Sr. Presidente para propor a redução do teto das taxas de juros
210 praticadas, sugerindo melhor embasamento para que os bancos também pudessem
211 se preparar nesse sentido. O Sr. Presidente explicou que, ao apresentar uma conta
212 simples, a sua intenção foi facilitar a discussão por parte do Conselho. Em seguida,
213 submeteu a sua proposta de fixação do teto em 2,86%, cuja aplicação seria válida a
214 partir da resolução do INSS, o que foi aprovado por maioria, com o voto vencido do
215 Conselheiro Jorge Higashino, cuja proposta ficou prejudicada. O Conselheiro Ricardo
216 Patah lembrou a sua sugestão de que a cada dois meses fosse feita uma
217 apresentação para informar o Conselho. O Conselheiro Jorge Higashino argumentou
218 que a revisão a cada 60 dias fora aprovada em reunião anterior, portanto não haveria
219 necessidade de ser votada novamente. O Sr. Presidente ponderou que, como já fora

220 aprovada a análise a cada dois meses por parte do CNPS, seria feita uma
221 apresentação mais densa da evolução do crédito consignado, a ser preparada pelo
222 grupo de trabalho. O Conselheiro Jorge Higashino apontou a ausência de
223 informações sobre o volume de operações realizadas, bem como os seus prazos,
224 acrescentando que os bancos não apresentaram tais informações porque não se
225 encontravam preparados para tanto, mas aqueles números seriam essenciais para
226 avaliar as condições do mercado. O Sr. Presidente sugeriu que o grupo de trabalho
227 criado para debater o crédito consignado elaborasse uma lista com o conjunto de
228 informações necessárias para esclarecer o Conselho sobre o mercado e a
229 apresentasse posteriormente. Em seguida, o Sr. Presidente apresentou ao Conselho
230 um balanço das ações da Previdência Social, intitulado “Profissionalização da Gestão
231 da Previdência Social”, com o objetivo de discutir e trabalhar a estratégia da
232 Previdência Social nos últimos anos. Esclareceu que a visão estratégica da
233 organização seria proporcionar a inclusão social, diante do diagnóstico de que
234 milhares de trabalhadores não fariam parte nem do mercado de trabalho nem do
235 mercado de consumo e não se encontravam protegidos pela Previdência Social.
236 Portanto deveria ser fortalecido o diálogo inicial, com a participação da sociedade civil
237 e a implantação dos Conselhos de Previdência Social em todo o país, para garantir o
238 acesso aos direitos previdenciários. Dessa visão de inclusão social decorreria a
239 missão de trabalhar e entender a fila nas agências da Previdência Social como um
240 retrato do represamento de acesso ao direito previdenciário e erradicar o desperdício
241 e as fraudes, que reduziriam a capacidade fiscal para o pagamento de benefícios
242 legítimos. Dessa missão emergiriam dois eixos estratégicos de gestão: a melhoria do
243 atendimento e o combate às fraudes e aos desperdícios. A profissionalização da
244 gestão seria uma variável criada para intervir no modelo conceitual de forma
245 sistêmica, a fim de garantir o direito previdenciário e, conseqüentemente, a inclusão
246 social. Com essa visão sistêmica, estariam sendo trabalhadas as áreas de gestão de
247 pessoas, configuração organizacional, gestão de processos e tecnologia da
248 informação. Em termos de gestão de pessoas, houve a introdução de concursos
249 internos para a seleção de gerentes executivos do INSS, visando estimular gerentes
250 executivos de qualquer ponto do país a concorrerem para o cargo de gerente na
251 cidade em que desejassem. Tal concurso já contava com 700 aprovados, os quais
252 poderiam, a qualquer momento, concorrer ao cargo em qualquer agência que lhes
253 fosse oferecida. Discorrendo acerca do procedimento adotado, o Sr. Presidente
254 explicou que, após a inscrição, eram selecionados os 20 melhores classificados da
255 lista cujo currículo passaria por uma análise que privilegiaria o conhecimento, o
256 estudo, o tempo de trabalho e a experiência. Feita essa seleção, os cinco primeiros
257 participariam de uma dinâmica de grupo, envolvendo análise de perfil e de
258 capacidade de liderança, para se escolher apenas um candidato. Após a escolha, a
259 lista desapareceria. Informou o Sr. Presidente que a primeira rodada do processo fora
260 realizada, propiciando a seleção de 16 gerentes executivos que já tomaram posse, e
261 que foi aberta, na *Internet*, a inscrição para mais oito cidades que poderiam ser
262 disputadas. Ainda na área de gestão de pessoas, foram extintos mais de mil cargos
263 de DAS no âmbito do INSS, por meio de medida provisória, e se criou função
264 gratificada específica para as gerências e chefias do INSS, as quais só poderão ser
265 exercidas por funcionários concursados da Previdência Social. Ademais, estaria
266 ocorrendo a implementação de remuneração variável por meio de gratificação de
267 desempenho, que seria objetivamente medido, a exemplo da gratificação criada para
268 os médicos peritos, que era paga conforme o tempo de espera entre a data do
269 agendamento da perícia e a data da sua realização. Se a perícia ocorrer em cinco
270 dias, os médicos receberão 100% da gratificação; se ela ocorrer depois do prazo de
271 quarenta dias, o valor da gratificação será zerado; e entre os dois extremos haveria
272 uma curva definida por portaria. A nova configuração organizacional foi feita no ano
273 passado, com a criação das gerências regionais, para implementar uma cadeia de
274 comando dentro do INSS e otimizar os recursos orçamentários, redesenharam-se

275 todos os processos de trabalho e está em fase de contratação a “fábrica de software”,
276 para escrever os novos processos de gestão. Além disso, a Previdência Social
277 providenciara a compra de máquinas e a definição dos sistemas que entrarão em
278 operação paulatinamente em 2007 e 2008. Em termos de investimento em tecnologia
279 de informação, foram substituídas todas as estações de trabalho e estão sendo
280 comprados equipamentos e aplicativos para o INSS e a Dataprev. Com relação ao
281 primeiro eixo, que seria a melhoria do atendimento, estava ocorrendo uma mudança
282 conceitual profunda, segundo três princípios norteadores: a programação, no sentido
283 de organizar previamente os horários de atendimento e o que será atendido. Para
284 tanto, encontrava-se em funcionamento o agendamento da perícia médica em âmbito
285 nacional. E havia a intenção de inserir todos os outros benefícios nesse agendamento
286 pelo número 135, em prazo muito curto. O segundo princípio seria o da seletividade,
287 mediante a organização do atendimento em função da necessidade do segurado; e o
288 terceiro princípio, a resolutividade, envolveria a criação de condições objetivas para
289 que o funcionário das agências da Previdência Social possa tomar decisões no
290 momento do atendimento, proferindo-as imediatamente. Ainda visando a melhoria do
291 atendimento, vários programas já estariam em operação, sendo um deles o Programa
292 de Gestão do Atendimento, que começou a ser implantado no final do ano passado,
293 por meio de projeto-piloto realizado em cinco agências de São Paulo. Agora, o PGA
294 encontrava-se implantado em cinco gerências regionais, 72 gerências executivas e
295 nas 126 maiores agências da Previdência Social, visando à implementação de um
296 novo modelo de gestão, por meio de um programa de qualidade para o atendimento e
297 a gestão, que trabalhava fundamentalmente com a gestão participativa, a gestão por
298 processo e a gestão por resultado, permitindo o diálogo entre as pessoas, a análise
299 dos processos, e não da função, e a cobrança de resultados mediante a criação de
300 indicadores, os quais poderão ser utilizados para o pagamento da gratificação, com o
301 escopo de alinhar os objetivos da organização com a prática e o interesse do
302 funcionário em relação à sua gratificação. O fortalecimento dos canais de atendimento
303 a distância teria como objetivo o acesso direto do segurado à *Internet*, o que seria
304 viabilizado por meio de parcerias com entidades, empresas e centros de inclusão
305 digital. Já foram realizados convênios com a Federação das Indústrias e a Federação
306 de Comércio de diversos Estados, como a Bahia, o Rio de Janeiro, São Paulo,
307 Paraná e Minas Gerais. E havia a intenção de estabelecer novos convênios nesse
308 sentido com todos os Estados. A Previdência Social contaria ainda com o acesso às
309 centrais de atendimento, por meio do número 135, que se encontrava em pleno
310 funcionamento, com 1.200 atendentes distribuídos em dois turnos, por doze horas ao
311 dia, de segunda-feira a sábado. Nesse momento, as centrais de atendimento estavam
312 agendando exclusivamente perícia médica, mas em breve haverá o agendamento de
313 outros benefícios. O Preefone 0800 continuava em funcionamento, principalmente
314 para prestar informações, mas, no médio prazo, ele desaparecerá, uma vez que as
315 informações também serão prestadas pelo número 135. Haveria a ampliação do
316 acesso às agências, com a proibição do uso de senhas para limitar o atendimento,
317 mas esse procedimento ainda era utilizado em alguns lugares, apesar da proibição. E,
318 com vistas a aumentar o acesso à Previdência Social, promoveu-se a ampliação do
319 horário de atendimento na maioria das grandes agências, da seguinte forma:
320 trabalhavam pelo período de até seis horas e meia 416 agências pequenas,
321 localizadas no interior do país; de sete horas a sete horas e meia, 44 agências; de
322 oito horas a oito horas e meia, 75 agências; e, de dez a onze horas, 553 agências. Os
323 indicadores utilizados antigamente, voltados para o processamento, estavam em fase
324 de substituição, para se adotarem indicadores relativos ao desempenho, conforme o
325 tempo médio de permanência na agência e o período entre a data do agendamento e
326 a realização. Nas 250 agências onde se encontrava implantado o sistema SIGA, o
327 tempo médio de permanência do segurado, desde o momento em que recebia a sua
328 senha, na entrada, até o momento em que era atendido, seria de uma hora e 44
329 minutos em setembro de 2005, e chegou, em junho, a uma hora e 31 minutos, o que,

330 apesar de ainda ser demorado, já demonstrava uma tendência de redução. No
331 segundo eixo, de combate ao desperdício e às fraudes, trabalhava-se
332 fundamentalmente com a atualização cadastral de titulares de benefícios, por meio do
333 Censo Previdenciário, com vistas à redução de pagamentos indevidos e ao
334 cumprimento das determinações da lei, que desde 1991 estabeleceu a necessidade
335 de revisão dos benefícios. O Censo, em parceria com a rede bancária, realizou-se em
336 duas etapas, sendo que a primeira, dividida em três fases, que previa a atualização
337 das informações de 2,4 milhões de segurados, começou em outubro e terminou em
338 junho de 2006; e a segunda etapa, envolvendo 14,7 milhões de segurados, começou
339 em abril e vai continuar até julho de 2007. Do rol de 2,4 milhões de benefícios, 120 mil
340 seriam passíveis de cessação, sendo que 50 mil já cessaram, 22 mil estavam em
341 processo de revisão e 48 mil aguardavam a finalização do recenseamento. Do
342 universo de 17 milhões de benefícios que estariam passando pelo processo de
343 recenseamento, 8,1 milhões de benefícios já foram recenseados. E 300 mil segurados
344 que teriam que responder ao censo em janeiro do ano que vem já o fizeram este ano.
345 Dos 14,7 milhões de benefícios relativos à segunda fase do Censo Previdenciário,
346 cessaram-se normalmente 228 mil benefícios, devido à melhoria da informação. Os
347 segurados com problemas de locomoção poderiam responder ao Censo por
348 intermédio de preposto ou procurador, o que gerou 215 mil pesquisas, das quais se
349 realizaram 60 mil; restando 64 mil que aguardavam resposta e 90 mil aguardando
350 distribuição. A outra estratégia utilizada para combater as fraudes foi a valorização da
351 investigação e da atividade de inteligência, mediante o fortalecimento da Assessoria
352 de Pesquisa Estratégica, que foi reorganizada no começo deste ano, e a vinculação
353 de forças-tarefa a essa Assessoria, com a fixação de prazo de duração e tarefas
354 específicas a serem realizadas. Além disso, foi feito o convênio com a Polícia
355 Federal e se realizou um novo convênio com a Abin, o Ministério Público e o COAF.
356 Em termos de gestão dos benefícios por incapacidade, verificou-se o aumento de
357 185% no número de perícias médicas realizadas entre 2000 e 2005 e de 225% nas
358 despesas com o seu pagamento no mesmo período. O total de benefícios, que
359 correspondia a 569 mil em dezembro de 2000, passou para 1.618.000, em dezembro
360 de 2005. Em valores, esses benefícios, que totalizavam cerca de R\$4 bilhões em
361 2000, passaram para algo em torno de R\$13 bilhões, a preços de maio de 2006.
362 Diante dessa situação, adotou-se o reordenamento da lógica da avaliação médico-
363 pericial, de modo que, em vez de se o segurado se dirigir três vezes a uma agência
364 da Previdência Social: primeiro, para marcar a perícia médica, depois, para realizá-la
365 e, finalmente, para receber a alta, ele agora comparecia à agência uma única vez,
366 pois, para agendar a perícia médica, bastava telefonar para o número 135. Além
367 disso, o médico-perito, depois de avaliar a condição do segurado, concederá a licença
368 por um período definido, já incluída a alta. Caso o segurado se sinta capaz de voltar
369 ao trabalho, ele não precisará retornar à agência da Previdência Social para receber a
370 alta. Se não se sentir bem após o período de licença médica, fará o pedido de
371 prorrogação e será submetido a uma nova perícia médica. Realizou-se uma mudança
372 profunda na carreira de médicos-peritos. Anteriormente, havia uma tendência de
373 terceirização dessa atividade, que o Sr. Ministro considerou típica de Estado, por
374 envolver a concessão de benefício. Então, substituíram-se todos os médicos
375 credenciados por médicos concursados até o mês de março deste ano, em função de
376 uma lei aprovada em 2003 que estabeleceu um prazo até 2006 para que essa
377 providência fosse adotada. E introduziu-se o incentivo ao desempenho por meio da
378 gratificação de produtividade que não se relacionava à concessão ou negativa do
379 benefício, mas ao período de atendimento, considerado desde a data do
380 agendamento até a data de realização da perícia. Houve uma reversão da tendência
381 de aumento das despesas e uma redução significativa do número de benefícios por
382 incapacidade pagos por mês. Conforme gráfico apresentado pelo Sr. Presidente,
383 abrangendo o período de janeiro a maio de 2005, eram realizadas de 800 a 900 mil
384 perícias ao mês, sendo que metade era feita por médicos credenciados. Desde

385 agosto do ano passado, com a entrada dos novos médicos concursados, aumentou o
386 número de perícias realizadas, diminuíram as perícias realizadas pelos médicos
387 credenciados e atualmente o INSS realizaria cerca de 450 a 500 mil perícias por mês.
388 Houve uma redução de cerca de 45% do volume das perícias médicas, o que
389 significou também redução de custos, porque os médicos credenciados recebiam por
390 perícia realizada. Em termos de estoque mensal de benefícios por incapacidade, em
391 junho de 2004 havia 1.344.000 benefícios, atingindo-se o pico em outubro de 2005,
392 com 1.666.000 benefícios. Posteriormente, esse número começou a decrescer
393 significativamente, a ponto de, em maio, totalizar 1.307.000 e, em junho, 1.320.000. E
394 o valor de tais benefícios, que, em outubro e novembro de 2005, correspondia a
395 R\$1.115 bilhão, passou para R\$900 milhões em maio do corrente ano. Daí se
396 concluiu que seria possível conciliar a garantia do acesso ao direito previdenciário
397 com a diminuição da tendência de crescimento acentuado da concessão de
398 benefícios. Como conseqüência das medidas de inclusão e de expansão do acesso, o
399 número de benefícios requeridos apresentava uma tendência de crescimento. No ano
400 de 2006, havia uma clara tendência de crescimento. E o ponto máximo foi o mês de
401 maio, quando se registraram 706 mil requerimentos no sistema da Previdência Social.
402 Esse crescimento correspondia à demanda reprimida, na medida em que se
403 aumentou o horário de atendimento e a sua qualidade, com o PGA, e se criou o
404 número 135. Porém, verificou-se que a média de benefícios emitidos vinha se
405 reduzindo. No mês de dezembro de 2005, havia 23.950 milhões de benefícios, e em
406 maio de 2006 esse número se manteve. Se nenhuma mudança tivesse ocorrido em
407 2005, atualmente a Previdência Social pagaria cerca de 24 milhões e meio de
408 benefícios. Finda a apresentação do Sr. Ministro, o Conselheiro Ricardo Patah elogiou
409 a clareza das informações prestadas ao Conselho assim como a gestão da
410 Previdência Social capitaneada por S. Ex^a e perguntou se o trabalho que estava
411 sendo desenvolvido pelo Ministério da Previdência Social poderia gerar superávit para
412 o seu orçamento ou a disponibilização de recursos. O Sr. Presidente esclareceu que
413 essa seria a tendência de longo prazo, em função dos resultados observados. E
414 observou que a menção ao débito da Previdência remeteria a uma discussão mais
415 abrangente, considerando que, apesar do seu custo em termos de finanças públicas,
416 a Previdência Social pagava R\$24 milhões em benefícios, o que significava um
417 programa muito forte de distribuição de renda, na medida em que 67% dos seus
418 segurados receberiam até um salário mínimo. Ressaltou a necessidade de se
419 entender o modelo de Previdência Social, que se baseava em três grandes pilares: os
420 regimes próprios dos servidores públicos da União, dos Estados e dos municípios; o
421 regime geral, que teria como objetivo a universalização, ou seja, que todos os
422 trabalhadores brasileiros tivessem acesso à Previdência Social; e a previdência
423 complementar, para aqueles que tivessem condições de pagar por uma
424 aposentadoria melhor. Em relação ao regime geral, uma discussão deveria ser feita,
425 em razão da parcela associada aos benefícios contributivos e da parcela de
426 benefícios que não seriam plenamente contributivos. Esclareceu o Sr. Presidente que
427 defendia a separação da discussão não para retirar o segurado especial da
428 Previdência Social, mas para considerar aquilo que implicava a necessidade de
429 financiamento e o que não implicava essa necessidade. Acrescentou que o
430 beneficiário rural teria uma característica não-contributiva, porque a contribuição não
431 era feita diretamente pelos trabalhadores, mas por ocasião da primeira
432 comercialização, o que se mostrava insuficiente para cobrir as aposentadorias que
433 lhes eram concedidas. Portanto o Congresso teria que definir recursos para cobrir
434 aquela parcela específica, e não chamar de déficit a situação decorrente da falta de
435 financiamento. Citou como exemplo de fonte de financiamento o percentual de 0,10%
436 da arrecadação da CPMF que seria destinado à Previdência Social para o pagamento
437 de benefícios, o qual não constava como uma receita previdenciária exclusiva.
438 Explicou que, ao analisar o bloco contributivo formado pelo segurado urbano, se
439 verificava uma diferença muito menor entre a geração que paga a contribuição hoje e

440 a geração que pagou no passado e hoje recebe, a qual tenderia a diminuir. Daí a
441 necessidade de se discutir o assunto com a sociedade, para informar como os
442 trabalhadores atuais estavam contribuindo, como eles contribuíram no passado e
443 como a Previdência Social financiaria os seus benefícios agora e no futuro. A
444 Conselheira Josepha Theotônia expressou o seu contentamento com as palavras do
445 Sr. Presidente a respeito do déficit da Previdência Social, lembrando a necessidade
446 de se discutir o assunto. Acrescentou que a aposentadoria para o trabalhador rural
447 seria uma providência muito justa, definida na Constituição. Segundo a Conselheira,
448 na mesma ocasião em que se decidiu pagar a aposentadoria do trabalhador rural, foi
449 estabelecido que a Seguridade Social teria a obrigação de suprir tudo isso. E lembrou
450 que a Seguridade Social contava com a Cofins, que nunca era mencionada nas
451 conversas sobre o assunto. Ressaltou que a informalidade seria conseqüência do
452 desemprego, mas também decorria da campanha feita contra a Previdência nos
453 últimos anos. Externou a sua esperança de que o Sr. Ministro modificasse essa
454 situação se continuasse à frente da Previdência Social. O Conselheiro Epitácio Luiz
455 Epaminondas elogiou a apresentação do Sr. Ministro e lembrou que a sociedade não
456 tinha conhecimento das mudanças que estavam ocorrendo na Previdência Social em
457 relação à melhoria do atendimento. Sugeriu que se trabalhasse com o material
458 apresentado pelo Sr. Ministro para divulgar as ações da Previdência Social. O
459 Conselheiro Wagner de Souza parabenizou a apresentação do Sr. Presidente,
460 perguntou-lhe quais seriam as fontes de financiamento da Previdência Social e
461 solicitou o material apresentado por S. Ex^a para divulgá-lo e guardá-lo em arquivo
462 para fins de comparação posterior. O Conselheiro Jorge Higashino enfatizou a
463 necessidade de se definirem as fontes de captação de recursos para o pagamento
464 dos benefícios da Previdência Social, além de saber quem contribuía de fato e o
465 estado de tais contribuições. Ponderou que, conforme as informações prestadas ao
466 Conselho, os trabalhadores urbanos estariam praticamente cobertos e a assistência
467 social teria os seus pagamentos previstos orçamentariamente, então restava resolver
468 a situação dos trabalhadores rurais, tendo em vista a preocupação relativa às
469 condições para suprir o financiamento dos seus benefícios. Em relação à CPMF,
470 comentou que o percentual de 0,10% poderia constituir um fundo para o pagamento
471 de benefícios e externou a sua intenção de estudar o assunto com afinco para buscar
472 recursos para suprir o pagamento de benefícios à área rural, uma vez que a
473 Previdência Social precisava dispor de condições para equalizar os seus ativos e
474 passivos, a fim de evitar menções a um déficit em suas contas. Perguntou ao Sr.
475 Presidente, em seguida, qual seria a jornada de trabalho dos médicos peritos do
476 INSS. O Sr. Presidente respondeu ao Conselheiro que a jornada dos médicos era de
477 oito horas por dia e sugeriu que se realizasse uma reunião no Conselho para tratar
478 especificamente do assunto relativo às fontes de financiamento e ao débito da
479 Previdência Social. Comentou que a Cofins se destinava à Seguridade Social, mas o
480 seu orçamento não atenderia exclusivamente à Previdência Social. Ratificou a
481 necessidade de se separarem os benefícios contributivos dos não-contributivos para
482 discutir o assunto. Lembrou que a conta relativa ao pagamento dos benefícios
483 urbanos não estava equilibrada e criticou a iniciativa de conceder reajuste de 16%
484 para os segurados que recebessem acima de um salário mínimo. Informou que,
485 depois de uma negociação dura com as centrais sindicais, concluiu-se pela
486 necessidade de prover um aumento real para os benefícios, o qual, a princípio, seria
487 de 1%, mas chegou a 5%. Asseverou que o reajuste de 16% implicaria o custo de
488 R\$7 bilhões a mais para a Previdência Social, acrescentando que o orçamento seria
489 obrigado a cobrir esse gasto, mas, para tanto, teria que retirar recursos de outra área.
490 Lembrou que, em termos de aposentadoria, uma geração pagava para a outra, num
491 sistema de solidariedade entre as gerações. Acrescentou que não acreditava que se
492 deveriam promover, no curto prazo, grandes alterações que poderiam gerar a retirada
493 de direitos dos trabalhadores. Porém, se houvesse a previsão de gastos que não
494 haveria como cobrir, a possibilidade de grandes mudanças no sistema previdenciário

495 atual poderia se concretizar. Enfatizou que o Conselho Nacional de Previdência Social
496 teria legitimidade para discutir o assunto, porque ali se encontrava representada toda
497 a sociedade e observou que, quando começou a defender a necessidade de
498 realização do censo previdenciário, muitas pessoas lhe disseram que os aposentados
499 e pensionistas não aceitariam enfrentar filas para apresentar documentos, mas, ao
500 contrário de todas as previsões, o maior apoio ao censo partiu daqueles que eram
501 beneficiários do sistema em longo prazo. A Conselheira Josepha Theotônia
502 acrescentou que o Censo não enfrentou problemas porque pela primeira vez um
503 Ministro da Previdência Social se dispôs a conversar com a sociedade e explicar a
504 utilidade daquele procedimento. O Sr. Presidente agradeceu à Conselheira e pediu
505 licença para se retirar, passando a presidência dos trabalhos para o Sr. João
506 Donadon.

507

508

509 **III – EXPEDIENTE**

510

511 O Sr. Presidente, Ministro Nelson Machado, submeteu à votação da Ata da 122ª
512 Reunião Ordinária e solicitou que fosse corrigida, na linha 765, a menção ao Governo
513 Kirshner, substituindo-o por Eduardo Duhalde. Em seguida, a Ata foi aprovada por
514 unanimidade.

515

516

517 **IV – INFORMES**

518

519 O Sr. Presidente João Donadon informou ao Conselho, ao final da reunião, que a
520 Secretaria do CNPS fizera uma avaliação da atuação dos Conselhos de Previdência
521 Social, mediante formulário que foi preenchido por todos os Presidentes dos
522 Conselhos instalados, planilha de acompanhamento das reuniões e contatos pessoais.
523 Com base em tal material, concluiu-se que não havia contestação quanto à
524 importância dos Conselhos de Previdência Social para garantir uma gestão
525 democrática e contribuir para a melhoria dos serviços previdenciários, porém a sua
526 atuação deixava a desejar, pois, conforme os controles realizados com base nas atas
527 encaminhadas pelos Conselhos, se verificou que, dos 78 Conselhos instalados e em
528 pleno funcionamento, apenas três realizaram mais de vinte reuniões e doze não
529 realizaram reunião alguma. Acrescentou que ainda não foram instalados os Conselhos
530 de Imperatriz, no Maranhão, Teófilo Otoni, em Minas Gerais, Volta Redonda, no Rio de
531 Janeiro, e Pelotas e Uruguaiana, no Rio Grande do Sul, talvez por falta de boa
532 vontade e de ação nesse sentido por parte do pessoal local. Portanto, tornava-se
533 necessário estimular a participação do colegiado na avaliação das ações locais e
534 verificar o que estaria realmente ocorrendo. A Srª Teresa Ouro acrescentou que no
535 relatório que seria disponibilizado para os Conselheiros, além das informações a
536 respeito do funcionamento dos Conselhos, foram feitas propostas para a revitalização
537 dos Conselhos de Previdência Social, para o que solicitou o apoio do CNPS, uma vez
538 que alguns Conselhos foram apenas instalados, mas ainda não funcionavam e outros
539 nem foram instalados ainda. O Conselheiro Jorge Higashino solicitou o
540 encaminhamento desse arquivo, a fim de apreciá-lo e, na próxima reunião, apresentar
541 propostas a respeito do assunto. O Conselheiro Guilherme Delgado sugeriu que o
542 assunto fosse pautado com uma leitura técnica, para que o CNPS tivesse ciência da
543 matéria. O Sr. Presidente explicou que não houve tempo hábil para se preparar uma
544 apresentação sobre o assunto e sugeriu que ele fosse pautado para a reunião de
545 setembro. O Conselheiro Jorge Higashino acrescentou que, além do material
546 solicitado, ouviria os Conselheiros regionais para saber o que estava ocorrendo e
547 quais seriam as dificuldades, a fim de apresentar mais subsídios na próxima reunião.

548

549

550

V – ORDEM DO DIA

551

552

Apresentação da Proposta Orçamentária da Previdência Social

553

554

555

556

557

558

559

560

561

562

563

564

565

566

567

568

569

570

571

572

573

574

575

576

577

578

579

580

581

582

583

584

585

586

587

588

589

590

591

592

593

594

595

596

597

598

599

600

601

602

603

A Sr^a Gisele Gomes, Subsecretária de Planejamento, Orçamento e Administração da Previdência Social, esclareceu que apresentaria ao CNPS as informações sobre o estágio em que se encontrava a elaboração da proposta orçamentária, uma vez que o Ministério da Previdência Social ainda não conhecia os limites que lhe seriam concedidos pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para elaborar a sua proposta orçamentária definitiva. Acrescentou que apresentaria a pré-proposta orçamentária, esclarecendo que o orçamento do Ministério encontrava-se alinhado à visão estratégica daquele órgão e teria como função primordial viabilizar os seus projetos dentro dos limites que lhe seriam concedidos, utilizando-se para tanto de uma metodologia que envolveu a discussão com todas as áreas e secretarias. Informou que, este ano, continuava a valer o prazo até o dia 31 de agosto para que o Poder Executivo submetesse a sua proposta orçamentária ao Congresso Nacional, portanto a sua equipe disporia de menos de um mês para apresentar a sua proposta setorial e discuti-la com o Ministério do Planejamento. Explicou que houve duas fases de trabalho durante a elaboração da pré-proposta orçamentária: a fase qualitativa e a fase quantitativa. Na primeira fase, discutiu-se a estrutura qualitativa dos programas, os objetivos e as ações em que esses programas se subdividiam. Com as negociações deste ano, o Ministério contou com a aprovação de duas novas ações para o seu PPA, relativo ao período de 2004 a 2007: a ação “Gestão da Melhoria Contínua Organizacional” dentro do programa “Qualidade dos Serviços Previdenciários”, para dar transparência a todos os investimentos e recursos do PGA, transformando-o em algo concreto e previsto no orçamento, a partir de 2007; e a ação do Censo Previdenciário, criada este ano por uma medida provisória, também passou a existir concretamente no orçamento e no PPA, portanto poderá receber programação orçamentária. Com relação à fase quantitativa, esclareceu que a pré-proposta orçamentária fora elaborada tendo em vista a capacidade de execução e a necessidade de honrar os compromissos assumidos tanto do ponto de vista orçamentário quanto financeiro. Portanto, não se tratava simplesmente de uma pré-proposta, mas de um documento que o Ministério encaminharia e que, conforme toda a sua série histórica, ficaria muito próximo do projeto de lei a ser aprovado. Informou que apresentaria a proposta da administração direta e do INSS em conjunto, sem a proposta relativa ao pagamento de benefícios, porque os seus números dependeriam de uma legitimação da área de benefícios do INSS e da Secretaria de Políticas de Previdência Social, que promoveriam um encontro de valores, o qual ainda não fora apresentado. A proposta setorial encaminhada para a LOA 2006 foi contemplada na Lei Orçamentária nº 11.306. Para a administração direta, em 2006, foram solicitados R\$325.451.000, e houve o atendimento em R\$322.109.000, excluindo-se desse total inversões financeiras da ordem de R\$100 milhões que foram realizadas este ano na Dataprev. Para o INSS, foi apresentada a mesma série histórica de execução tanto de despesas de pessoal ativo e inativo quanto de outras despesas de custeio e capital, mostrando que a execução do órgão, em 2003, 2004 e 2005, era crescente e que a proposta setorial vinha atendendo e cobrindo aquela necessidade de financiamento dentro da administração direta e indireta, excluindo-se o valor do fundo do Regime Geral de Previdência Social para o pagamento de benefícios. Foi apresentado um número aproximado na pré-proposta para 2007, no total de R\$8.822.768.021, o que significava 11,5% a mais em comparação a 2006, destinado às despesas discricionárias, uma vez que não se fez projeção de aumento de pessoal, que envolveria despesas obrigatórias. O orçamento do Ministério para a administração direta seria menor do que os números do INSS. Analisando separadamente os percentuais, o incremento seria de 18,9%, atentando para os ganhos principalmente

604 nos programas “Previdência Social Básica”, “Qualidade do Atendimento” e “Regimes
605 de Previdência Social dos Estados e Municípios”. Tais números foram obtidos depois
606 que as secretarias se dedicaram ao planejamento plurianual e, por meio de ajustes, as
607 secretarias fariam aquelas projeções. Lembrou a Sr^a Gisele Gomes que, quando o
608 Ministério recebesse o seu limite total e final, aqueles números seriam revistos,
609 mediante a realização de reuniões com todas as secretarias, o Secretário Executivo e
610 o Ministro, a fim de tomar decisões conforme a visão estratégica do órgão, alinhando
611 os seus objetivos com as perspectivas orçamentárias disponíveis. No programa
612 “Previdência Social Básica”, houve o incremento de 38,2%, sendo que os recursos
613 serão alocados principalmente na ação de funcionamento do Conselho Nacional de
614 Previdência Social, conforme demanda da própria Secretaria de Políticas de
615 Previdência Social. No programa “Qualidade dos Serviços Previdenciários”, dentro da
616 administração direta, o incremento para 2007 será da ordem de 95,3%, destinado
617 principalmente ao Projeto de Modernização da Capacidade de Tecnologia da
618 Informação da Previdência, com previsão de investimento em equipamentos e
619 software de gerenciamento. No programa “Regime de Previdência Social dos Estados
620 e Municípios”, a proposta de incremento seria de 89,9%, e a ação a ser privilegiada
621 com esse ganho seria a fiscalização dos regimes próprios. No estudo da pré-proposta
622 orçamentária de 2007 para o INSS, que ainda será legitimada e discutida
623 internamente, à luz dessas diretrizes e dos limites de que o Ministério disporá, foi
624 previsto o incremento de 11,2%, sendo que 72,1% se destinariam às despesas de
625 custeio e capital, considerando que não houve projeção de aumento de pessoal.
626 Portanto se considerou a variação de zero por cento. As solicitações concentraram-se
627 no programa “Previdência Social Básica”, referente ao funcionamento e à manutenção
628 das agências da Previdência Social, porque, neste ano, os recursos destinados a esta
629 finalidade foram muito contingenciados, portanto havia várias demandas aguardando
630 novos limites, o que não implicava a espera pelo orçamento de 2007, pois já se fizera
631 a solicitação de crédito suplementar no valor de R\$208 milhões para atender à
632 demanda de manutenção e funcionamento das agências. A expansão no programa
633 “Previdência Social Básica” contemplou recursos para a continuidade do Censo
634 Previdenciário em 2007. Dentro do programa “Qualidade dos Serviços
635 Previdenciários”, o aumento pleiteado foi de 95,3% para atender ao PGA – Programa
636 de Gestão do Atendimento. E, dentro do programa “Gestão da Política de Previdência
637 Social”, o aumento de 128,1% serviria para atender a demandas de capacitação. O
638 INSS, as secretarias e os órgãos enviaram as suas propostas orçamentárias e
639 pleitearam recursos conforme o alinhamento estratégico, formando uma proposta com
640 recursos orçamentários crescentes para atender a um projeto concreto e bem
641 delineado. Esclareceu a Sr^a Gisele Gomes que muitas vezes investimentos pesados
642 em tecnologia da informação ou outros saíam do orçamento da administração direta
643 para fazer parte do orçamento do INSS, mas a intenção do Ministério, este ano, seria
644 passar a maior parte deles para o orçamento do INSS e, no estágio atual de
645 elaboração, as prioridades atendidas seriam investimentos em TI, manutenção e
646 funcionamento das agências e capacitação. Informou que a apresentação dos limites
647 poderia ocorrer até sexta-feira e que o Conselho Nacional de Previdência Social
648 poderia pleitear uma nova apresentação posteriormente, quando a proposta
649 orçamentária estivesse legitimada. O Sr. Presidente agradeceu a apresentação, que
650 considerou muito esclarecedora ao indicar com propriedade os pontos em que haveria
651 a alteração de números em relação à proposição anterior. Acrescentou que, por se
652 tratar de uma pré-proposta, ela deverá se ajustar aos limites estabelecidos pelo
653 Ministério do Planejamento e que, assim que esses números estivessem definidos, o
654 Conselho poderia tomar conhecimento deles. Ressaltou a importância de se proceder
655 àquele acompanhamento, pois seria atribuição do CNPS conhecer a proposta
656 orçamentária e deliberar sobre ela, apesar de reconhecer que ela não poderia ser,
657 naquele primeiro momento, conclusiva. A Conselheira Lúcia Regina Reis indagou o
658 porquê do percentual zero em relação à despesa com pessoal, tendo em vista o

659 processo de negociação, com a expectativa de que fossem implantadas algumas
660 novidades em termos de plano de carreira e solicitou que as centrais sindicais
661 acompanhassem a definição do orçamento da Previdência Social, visando a
662 democratização do debate orçamentário. A Sr^a Gisele Gomes explicou que as
663 despesas de pessoal seriam obrigatórias e não competiam com as despesas
664 discricionárias, por fazerem parte de um orçamento em separado. Informou que tais
665 projeções seriam fornecidas pelo Ministério do Planejamento e que, quando este
666 informasse os limites, também calcularia as despesas de pessoal dentro de uma
667 proposta. Informou que a Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração
668 do Ministério da Previdência Social trabalhara principalmente com as despesas
669 discricionárias, visando embasar todos os projetos considerados importantes, o que
670 abrangeria, em termos de gestão de pessoal, os recursos para a capacitação e para o
671 pagamento de diárias e ajuda de custo. O Conselheiro Guilherme Delgado ponderou a
672 respeito da importância do orçamento de benefícios, que seria oito ou nove vezes
673 maior do que o orçamento da administração e faria parte da discussão pública a
674 respeito do déficit da Previdência Social, aduzindo que a despesa previdenciária do
675 regime geral e dos benefícios do INSS podia mudar agendas e capitanear um debate
676 considerado muito importante. Solicitou que a Sr^a Gisele Gomes adiantasse alguma
677 informação nesse sentido, ainda que preliminar, pois se tratava de um número
678 previsível. A Sr^a Gisele Gomes informou que, conforme a lei orçamentária de 2006, a
679 Previdência Social recebera R\$159.791.356.731 e que a projeção para 2007 seguia os
680 parâmetros da LDO e as variáveis da economia, mas esse número seria apresentado
681 somente na próxima reunião, porque era necessária a legitimação da área de
682 benefícios do INSS e da Secretaria de Políticas de Previdência Social. Além disso, o
683 trabalho de divulgação desse número dependeria de muitos cálculos e representaria
684 um grande impacto no momento atual de elaboração da proposta orçamentária. A
685 Conselheira Paula Bicudo perguntou, em relação à Dataprev, por que, em 2006, foram
686 previstos R\$139 milhões e a pré-proposta para 2007 previa R\$360 milhões. A Sr^a
687 Gisele Gomes explicou que, em 2005, a maior parte dos recursos que o Ministério
688 recebeu para complementar esse valor, uma vez que o contrato com a Dataprev
689 previa um montante fixo, passou para o exercício de 2006 como restos a pagar. O
690 Ministério solicitou R\$410 milhões na proposta para 2006, e foi atendido em R\$139
691 milhões, na distribuição dos limites. Como o contrato da Dataprev envolvia toda a
692 manutenção dos sistemas de processamento e possuía um valor fixo conhecido, a
693 complementação daqueles R\$139 milhões estava sendo solicitada. O Ministério já fora
694 contemplado em R\$100 milhões e fez mais um pedido de R\$70 milhões. O Sr. Rodrigo
695 Coutinho informou que a Dataprev teria um estoque de dívida com o INSS no valor de
696 R\$320 milhões, consignados no balanço de 2005, mas não tinha conhecimento da
697 situação atual e perguntou se a Dataprev foi inserida no orçamento da administração
698 direta. A Sr^a Gisele Gomes respondeu que o contrato da Dataprev na administração
699 direta era muito pequeno e estava previsto nos recursos da CGI. O Sr. Rodrigo
700 Coutinho explicou que fizera menção ao assunto porque entendeu que a Secretaria da
701 Receita Previdenciária foi abrangida pela administração direta. A Sr^a Gisele Gomes
702 esclareceu que a SOF do Ministério do Planejamento e a SPI solicitaram, para a pré-
703 proposta de 2007, que o orçamento da Secretaria da Receita Previdenciária voltasse
704 para a administração direta, uma vez que, atualmente, ele se encontrava no Ministério
705 da Fazenda. Explicou que não só a ação da Dataprev, como todo o programa 84,
706 relativo à arrecadação de receitas previdenciárias, eram geridos pelo Ministério da
707 Fazenda e descentralizados tanto para a administração direta do Ministério da
708 Previdência Social quanto para o INSS, conforme a execução. Acrescentou que a SRP
709 enviara ao Ministério da Previdência Social uma proposta de R\$280 milhões, e se
710 verificou que aquela proposta teria sobreposição com a pré-proposta trabalhada com o
711 INSS. Estava previsto para o contrato da Dataprev com a SRP algo em torno de
712 R\$123 milhões, dentro daqueles R\$280 milhões, mas esse valor não faria parte dos
713 11,5% de ampliação. O Sr. Presidente perguntou se o Conselho poderia aprovar a pré-

714 proposta de orçamento das despesas discricionárias, como uma forma de fortalecer o
715 Ministério quando da inclusão daquela proposta na peça orçamentária final. E, na
716 próxima reunião, a Sr^a Gisele Gomes voltaria para apresentar a proposta orçamentária
717 final. A Conselheira Lúcia Regina Reis manifestou-se, dizendo que não discordava do
718 que fora proposto pelo Sr. Presidente, porém o Conselheiro Guilherme e a própria
719 Conselheira teriam indagado a respeito de duas questões consideradas fundamentais,
720 porque, em termos de orçamento, haveria a pretensão de que o Conselho conhecesse
721 a proposta que vai tramitar no Congresso, para debatê-la e tentar interferir na sua
722 conclusão. Portanto, o Conselho poderia aprovar o que fora proposto, mas deveria
723 receber a apresentação do que será previsto orçamentariamente, pelo menos em
724 relação ao pagamento das aposentadorias e dos benefícios e ao que vinha sendo
725 questionado pelos trabalhadores em relação ao seu processo de valorização, à
726 contratação e a uma série de aspectos considerados estruturais. O Sr. Wagner de
727 Souza sugeriu que a decisão a respeito da previsão orçamentária fosse tomada
728 somente quando se esclarecessem as indagações dos Conselheiros. O Sr. Presidente
729 ponderou que se tratava de informações complementares que não interferiam na pré-
730 proposta apresentada, esclarecendo que tais números que não foram apresentados
731 porque não estariam definidos ainda e dependiam da ação do próprio Ministério.
732 Perguntou a Sr^a Gisele Gomes se seria possível, assim que se concluísse a proposta,
733 disponibilizar as informações para a Secretaria do Conselho, que poderia repassá-las
734 para os Conselheiros, para que, antes da próxima reunião, eles tivessem a
735 oportunidade de conhecer a peça orçamentária e, eventualmente, de pedir
736 esclarecimentos e promover a discussão antes que a peça orçamentária fosse
737 encaminhada ao Congresso Nacional, atendendo à proposição da Conselheira Lúcia
738 Regina Reis. O Conselheiro Guilherme Delgado explicou que o orçamento de
739 benefícios era importante para o Conselho e para o debate público em pelo menos em
740 três aspectos que deveriam ser decompostos e explicados: o impacto da evolução do
741 estoque de benefícios, do salário mínimo e dos precatórios sobre a despesa. Essas
742 três variáveis seriam importantes para determinar a taxa de crescimento da despesa.
743 Com essas informações, os Conselheiros poderiam participar de debates sobre
744 despesas ou déficit com elementos de convicção mais consistentes e teriam
745 capacidade de dialogar com a mídia de modo mais transparente sobre este assunto. O
746 Sr. Presidente lembrou que a pauta da próxima reunião trataria do detalhamento do
747 orçamento da Seguridade Social, do financiamento da Previdência Social e dos seus
748 impactos em relação aos sistemas de benefícios contributivos, semicontributivos e
749 não-contributivos. E sugeriu que nessa discussão se embutissem também os impactos
750 mencionados pelo Conselheiro Guilherme Delgado, uma vez que, ao avaliar o
751 financiamento dos benefícios, seria aconselhável avaliar também o estoque. Em
752 relação ao salário mínimo, ponderou que não seria difícil avaliar os seus impactos. E
753 acrescentou que, em relação aos benefícios continuados, seria necessário estabelecer
754 uma metodologia, que estava sendo revista ou reconstruída, com a participação do
755 próprio IPEA, para medir o impacto de longo prazo. A Sr^a Gisele Gomes ressaltou que,
756 embora concordasse que o total do fundo e a despesa de pessoal fossem importantes,
757 não poderia deixar de destacar a proposta de aumento de 11,5% para as despesas
758 discricionárias do Ministério da Previdência Social. Acrescentou que havia uma
759 relação entre o valor das despesas discricionárias e o valor do pagamento dos
760 benefícios. Portanto, se aumentasse o valor do pagamento de benefícios, toda a
761 despesa discricionária embasaria o custeio desses benefícios para o cidadão.
762 Comprometeu-se a envidar todos os esforços para apresentar ao Conselho, na sua
763 próxima reunião, os números que não foram expostos hoje. O Sr. Presidente
764 perguntou se os Conselheiros receberiam aquela informação com a antecedência de
765 pelo menos dois dias da próxima reunião. A Sr^a Gisele Gomes respondeu que assim
766 que a proposta estivesse dentro do sistema e encaminhada, depois de legitimada pelo
767 Presidente do INSS, pelo Ministro e pela alta administração do Ministério, a
768 operacionalização do envio daquelas informações poderia ficar completamente a

769 cargo da SPOA. O Sr. Wagner de Souza lembrou que há cinco meses o CNPS deixou
770 de pagar as despesas com a locomoção de Conselheiros e solicitou que o Ministério
771 da Previdência Social verificasse essa questão. O Sr. Presidente comunicou ao
772 Conselheiro que a sua observação seria registrada em ata e que tal questão seria
773 reavaliada, uma vez que a proposição de que cada entidade se autofinanciasse
774 decorreu de situação orçamentária complicada. Em seguida, submeteu à votação do
775 Conselho a aprovação do esforço da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e
776 Administração do Ministério na elaboração da pré-proposta orçamentária e da sua luta
777 para manter aqueles recursos dentro do orçamento, o que foi aprovado por maioria,
778 com o voto vencido da Conselheira Josepha Theotônia.

779

780 VI – OUTROS ASSUNTOS

781

782 O Sr. Presidente anunciou para a pauta da próxima reunião os seguintes assuntos:
783 adoção de mecanismo de avaliação detalhada do financiamento da Seguridade Social,
784 em especial o financiamento da Previdência Social, indicando-se as fontes de
785 financiamento da Seguridade Social como um todo e, eventualmente, a análise, em
786 relação ao período passado, da efetiva destinação dos recursos, além da indicação,
787 na área da Previdência Social, do financiamento em comparação às despesas de cada
788 um dos seus temas, considerando-se o sistema maior do regime geral, que seriam: a
789 Previdência Social urbana, que contaria com um sistema contributivo e teoricamente
790 estaria mais ou menos equilibrada; o sistema parcialmente contributivo, decorrente de
791 alguns tratamentos diferenciados, como a substituição de folha pelo faturamento de
792 alguns segmentos, como no caso do Simples e de clubes de futebol, ou o impacto da
793 renúncia fiscal motivada por isenções e também aqueles atinentes à área rural, que
794 possuiriam uma fonte de financiamento insuficiente para custear os benefícios da
795 Previdência Social; e os integralmente não-contributivos, que diziam respeito aos
796 benefícios de prestação continuada, os quais seriam pagos pela Previdência Social,
797 mas onerariam outro orçamento. Também se demonstraria o impacto do estoque de
798 benefícios e do salário mínimo sobre as despesas com a Previdência Social e,
799 finalmente, o volume de precatórios pagos. A Conselheira Lúcia Regina Reis lembrou
800 que, além desse ponto, haveria a apresentação da proposta orçamentária e
801 mencionou a solicitação que fizera na reunião passada, no sentido de que se
802 apresentasse ao Conselho a negociação que vinha sendo feita com o funcionalismo
803 do Ministério da Previdência Social, relativa à sua carreira. Propôs que o Conselho
804 recebesse pelo menos um informe sobre o andamento desse processo de negociação,
805 pois havia uma proposta de greve, esclarecendo que a sua intenção seria evitar que
806 se criassem situações difíceis para quem fazia a greve e para aqueles que sofriam
807 com o seu impacto. O Sr. Presidente sugeriu que o tema fosse tratado na reunião de
808 setembro. A Conselheira Lúcia Regina Reis enfatizou que a greve estava marcada
809 para agosto, uma vez que se frustraram as expectativas dos servidores diante da
810 interrupção do processo de negociação. O Sr. Presidente considerou possível que se
811 fizesse um informe sobre o assunto na próxima reunião e acrescentou a apresentação
812 da proposta orçamentária da Previdência Social como assunto de pauta. A
813 Conselheira Josepha lembrou que fora previsto para a pauta da reunião de hoje um
814 esclarecimento a respeito do *call center*, o seu funcionamento, a contratação do seu
815 pessoal e o processo de terceirização, além do assunto mencionado pelo Conselheiro
816 Wagner de Souza, relativo ao pagamento das passagens dos Conselheiros, que
817 também deveria fazer parte da pauta da próxima reunião. O Sr. Presidente esclareceu
818 que seria necessário promover uma análise das condições orçamentárias para este
819 ano, a fim de responder ao questionamento do Conselheiro. A Conselheira Josepha
820 Theotônia ponderou que não se tratava de uma pauta fechada, mesmo porque o
821 assunto relativo à análise da Seguridade e da Previdência Social não poderia ser
822 tratado em apenas uma reunião. O Sr. Presidente definiu como assuntos para a pauta
823 da próxima reunião a apresentação do orçamento e das fontes de financiamento da

824 Previdência Social e, como informes, as questões relacionadas à carreira do serviço
825 público voltado para a Seguridade Social e o financiamento do deslocamento dos
826 Conselheiros. A Conselheira Josepha Theotônia solicitou a ata da reunião do grupo de
827 trabalho realizada na semana passada, à qual não pôde comparecer, e o envio das
828 notas taquigráficas da reunião, que considerou muito esclarecedoras. O Conselheiro
829 Luiz Antonio Adriano acrescentou que os Conselheiros que participavam do grupo de
830 trabalho precisavam se deslocar para Brasília duas vezes por mês, o que estaria se
831 tornando muito dispendioso, tendo em vista que não havia o repasse do custo das
832 passagens. Esclareceu ainda que, por morar no interior de São Paulo, precisava
833 dispor de três dias cada vez que vinha para Brasília e sugeriu que as reuniões do
834 grupo técnico ocorressem na véspera da reunião do CNPS. O Sr. Presidente
835 considerou a solicitação pertinente e informou que ela seria registrada na ata.
836

837 **VII – ENCERRAMENTO**

838 Nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a todos e declarou encerrada a
839 123ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Previdência Social. Para constar,
840 eu, Júnia Costa, lavrei a presente Ata. Brasília, 26 de julho de 2006.